

**HABEAS CORPUS Nº 570.055 - RJ (2020/0078047-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : JULIANA DAMIANA DA MOTTA PEREIRA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : MARCIO BORGES DA SILVA CASTELLÕES - RJ189105  
CARLOS DANIEL FERREIRA DIAS - RJ206957  
JULIANA DAMIANA DA MOTTA PEREIRA - RJ210771  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : V H D B (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de V H D B em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

O Paciente encontra-se preso preventivamente desde a data de 31/05/2019, em razão de decreto prisional cautelar proferido pelo Juízo da Vara Criminal de Seropédica, nos autos da ação penal 0002172-09.2019.8.19.0077.

A sentença foi proferida na data 14/02/2020, condenando o Paciente no disposto no artigo 213, *caput*, ao quantum de 10 anos e 6 meses de reclusão, tendo a defesa interposto embargos de declaração, atualmente pendentes de análise e julgamento.

O impetrante requer a concessão da ordem liminar para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, a fim de que seja determinada a sua transferência para o regime de prisão domiciliar com monitoramento eletrônico, por se tratar de medida de privação da liberdade menos gravosa, tendo em vista o risco iminente de ser contaminado pelo COVID-19, bem como, levando-se em consideração o latente excesso de prazo na custódia cautelar suportado pelo paciente.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas*

# Superior Tribunal de Justiça

*corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. **Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente